Cláusula de barreira melhora democracia, dizem ministros do TSE

Já aprovada no Senado, a cláusula de barreira, que estabelece percentuais mínimos de votação para que partidos políticos tenham acesso a recursos públicos, é essencial para melhorar o sistema político brasileiro. Isso é o que pensam ministros do Tribunal Superior Eleitoral ouvidos pela **ConJur** nessa sexta-feira (12/5), em evento no Instituto dos Advogados Brasileiros, no Rio de Janeiro.

TSE

Para ministro Tarcisio Vieira, cláusula de barreira tornaria presidencialismo de coalização mais eficaz no Brasil

O projeto, costurado em acordo com líderes partidários e com o ministro Gilmar Mendes (presidente do TSE), prevê o pagamento do Fundo Partidário somente para as siglas que obterem 1,5% dos votos em 9 estados — o projeto inicial previa 2% dos votos em pelo menos 14 estados. Esse percentual subiria gradativamente até atingir 3% em 2030.

De acordo com o ministro **Tarcisio Vieira de Carvalho Neto**, o número excessivo de partidos atrapalha as negociações entre Executivo e Legislativo, dificultando medidas de maior impacto social.

Luciana Lóssio, que acabou de deixar o TSE, tem visão semelhante. Segundo ela, a medida diminuiria de 28 para 12 ou 13 o número de partidos no Congresso, aumentando a governabilidade do Executivo federal.

Além disso, a cláusula de barreira tornaria as agremiações mais representativas da sociedade brasileira, opinou o ministro **Admar Gonzaga**. Isso porque só teriam assento no Legislativo legendas que atingissem critérios mínimos de votação, ou que, sem cumprir esses requisitos, tivessem bases capazes de eleger candidatos mesmo sem acesso a recursos públicos.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Percentuais mínimos
No entanto, os ministros ouvidos pela **ConJur** discordam quanto aos requisitos mínimos de votação que partidos políticos precisam receber para ter acesso a verbas do Fundo Partidário e ao horário eleitoral gratuito.

Nelson Jr./ASICS/TSE

Luciana Lóssio considera razoável mudança nos requisitos mínimos
TSE

Luciana Lóssio elogiou a redução dos percentuais de votos para 1,5%, e de estados, para nove. Na visão dela, esse número é coerente com a legislação eleitoral, que exige representação na mesma quantidade de estados para se criar um partido político. Ela também sustentou que a fixação de requisitos muito rígidos poderia inviabilizar a cláusula de barreira.

Por outro lado, Admar Gonzaga considerou que a mudança no texto aprovado pelo Senado tornou muito baixos o percentual e o número de estados para uma sigla receber dinheiro público. “É preciso ter um pouco mais de representatividade”, declarou.

Entre Luciana e Gonzaga ficou Tarcísio Vieira. Ele concorda com seu colega de TSE que a diminuição dos requisitos vai impactar a efetividade da cláusula de barreira. Entretanto, o ministro realça que uma mudança muito brusca pode “alijar da cena política alguns partidos de pequeno e médio porte que são importantes para a nossa democracia”, como Psol e Rede Sustentabilidade. Essas duas legendas são contra a medida — Elas dizem que a medida tem o objetivo de inviabilizá-las.

Carlos Humberto - TSE

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Gonzaga não crê que cláusula de barreira irá "calar" partidos como Psol e Rede

Nem Luciana nem Gonzaga concordam com essa acusação de Psol e Rede, contudo. Os dois disseram que se os partidos representam ideologias relevantes, terão representatividade suficiente para ter acesso aos recursos públicos. Caso contrário, poderão se unir na chamada federação de partidos, que substituirá as coligações proporcionais.

Date Created
15/05/2017

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.